

30 JUL 2019

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TJPR

Tribunal de Justiça julga pedido de indenização contra Facebook e Youtube

A 6ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR) julgou um recurso de dois irmãos menores de idade (representados pela mãe) que processaram o Facebook e o Google (desenvolvedor do YouTube). Os autores da ação pediam indenização por danos morais decorrentes da veiculação, em 2014, de um vídeo em que as crianças, na época com 9 e 11 anos de idade, supostamente, passavam um trote em um telefone público, quando foram abordadas por policiais militares.

Nas imagens, gravadas pelos PMs no interior do Paraná, os policiais ameaçam prender os meninos. Desesperados, eles imploram para que não sejam presos e que não os coloquem em celas separadas. O vídeo circulou, primeiramente, em grupos de WhatsApp compostos por policiais e, depois, chegou ao YouTube e ao Facebook. A gravação foi vista mais de 3 milhões de vezes na

plataforma de vídeos e teve mais de 140 mil compartilhamentos na rede social. A mãe das crianças soube por terceiros que seus filhos estavam expostos na internet. As imagens também foram veiculadas em telejornais.

A Justiça foi acionada para julgar os pedidos de indenização por danos morais no valor de 20 mil reais para cada menor e de retirada do conteúdo dos respectivos sites. Em 1º grau, o juiz determinou a retirada definitiva dos vídeos das plataformas processadas, mas negou o pedido de indenização. O TJPR apreciou, então, o recurso apresentado pela mãe das crianças e, por unanimidade de votos, manteve a sentença. A decisão se pautou no artigo 19 do Marco Civil da Internet (Lei 12.965/2014), o que sugere a concordância com o conteúdo da matéria. Desta forma, não há que se falar em indenização por danos morais”.

30 JUL 2019

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

CNJ apresenta projeto “Justiça Presente” a gestores do TRF3

A comitiva do projeto “Justiça Presente”, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em cooperação com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), reuniu-se, no dia 25/7, com magistrados e representantes do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (GMF) no Tribunal Regional Federal da 3.^a Região (TRF3), em São Paulo.

A reunião foi conduzida pela Juíza Federal em Auxílio à Presidência do TRF3, Raquel Fernandez Perrini, e pelo Coordenador do Departamento de Monitoração e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF) do CNJ, Juiz Auxiliar da Presidência daquele Conselho, Luís Geraldo Sant’Ana Lanfredi.

O objetivo do encontro foi apresentar o “Justiça Presente – Programa Para uma Justiça Penal Mais Eficiente” ao TRF3, primeiro Tribunal Federal a receber a comitiva. O programa está sendo implementado no país e possui quatro eixos, que devem ser observados de forma simultânea. O Eixo 1 trata da superlotação e combate ao superencarceramento. O Eixo 2 tem foco no sistema socioeducativo. Já o Eixo 3 desenvolverá trabalhos relacionados à cidadania e à segurança, dentro e fora dos presídios, com atenção às pessoas egressas. O 4.^o Eixo investe

em Tecnologia, a exemplo da implantação do Sistema Eletrônico de Execução Unificada (SEEU), da biometria e da documentação civil.

Segundo a Juíza Federal Raquel Fernandez Perrini, o programa é bem vindo e importante para identificar problemas e aprimorar o sistema na busca por alternativas penais diversas do encarceramento, e que a integração dos trabalhos com a Corregedoria-Regional da Justiça Federal da 3.^a Região (CORE) produzirá resultados mais expressivos.

O Juiz Luís Geraldo Sant’Ana Lanfredi disse que o TRF3 é primeiro tribunal federal a conhecer como funciona o programa. “O projeto é uma parceria interinstitucional inédita para enfrentar a crise prisional no país, com ações coordenadas nacionalmente e customizadas a cada unidade federativa”.

O magistrado elogiou a digitalização de 8.500 processos pelo TRF3 para inserção no SEEU, cuja implantação está prevista para o período de 27 de agosto a 27 de setembro de 2019.

A intenção do “Justiça Presente” é obter resultados visíveis em curto e médio prazo. Para isso, haverá auxílio de coordenadores estaduais e de consultores em audiência de custódia que apoiarão na busca de soluções eficazes para o

tema nas Seções Judiciárias de São Paulo (SJSP) e de Mato Grosso do Sul (SJMS).

– Crise do sistema prisional
O diagnóstico nacional realizado pelo CNJ aponta crise permanente no sistema prisional. Entre 1990 e 2016, houve o crescimento de 707% da população carcerária. Hoje, no país, mais de 800 mil pessoas estão em privação de liberdade, sendo 240 mil somente no Estado de São Paulo (dados do Banco Nacional de Monitoramento Prisional – BNMP/2019).

Para reduzir essa situação, o programa prevê o engajamento de atores em rede (Judiciário, Executivo, sociedade civil), com divisão de responsabilidades, e parceria inédita entre o CNJ e o PNUD.

Entre as ações do “Justiça Presente” estão a integração de base de dados do Instituto de Identificação Ricardo Gumbleton Daunt, de São Paulo, com a do o Tribunal Superior Eleitoral (TSE): a emissão de documentação civil para pessoas privadas de liberdade, as iniciativas de inclusão social e inserção produtiva, entre outras.

Suspeitos de invasão a celulares serão ouvidos hoje pela Justiça

Os quatro presos temporários suspeitos de invadir os celulares do ministro da Justiça, Sérgio Moro, e do procurador Deltan Dallagnol, coordenador da força-tarefa da Lava Jato em Curitiba, entre outras autoridades brasileiras, participam de audiência de custódia hoje, na 10ª Vara Federal, em Brasília.

Os suspeitos de hackear os aparelhos – Danilo Cristiano Marques, Gustavo Henrique Elias Santos, Suelen Priscila de Oliveira e Walter Delgatti Neto – serão ouvidos pelo juiz Vallisney de Souza Oliveira, responsável pela prorrogação das prisões temporárias. Na decisão, o magistrado disse que os acusados devem continuar presos para não atrapalhar as investigações.

Vallisney Oliveira tam-



Suspeitos teriam invadido os celulares do procurador Deltan Dallagnol e o ministro Sergio Moro

bém aceitou pedido do Ministério Público Federal (MPF) para bloquear as aplicações suspeitas dos quatro acusados em bitcoins (moedas virtuais).

As práticas apontadas nas acusações são disciplinadas

pela Lei de Crimes Cibernéticos. A norma ganhou, à época da aprovação, o nome de Lei Carolina Dieckman, em referência à atriz, vítima de invasão de aparelhos eletrônicos pessoais e divulgação de imagens íntimas.

Para presidente da OAB, Bolsonaro age com 'crueldade e falta de empatia'

Thais Arbex

Presidente nacional da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), Felipe Santa Cruz afirmou ontem que o presidente Jair Bolsonaro demonstra “crueldade e falta de empatia” ao dizer que poderia explicar como o pai de Santa Cruz desapareceu durante a ditadura militar (1964-1985).

Em nota, ele disse que, “goste ou não o presidente”, o que une sua geração com a de seu pai é “o compromisso inarredável com a democracia”, e “por ela estamos prontos aos maiores sacrifícios”.

“O mandatário da República deixa patente seu desconhecimento sobre a diferença entre público e privado, demonstrando mais uma vez traços de caráter graves em um governante: a crueldade e a falta de empatia”, escreveu o presidente da OAB.

Ele também cobrou que Bolsonaro diga o que sabe sobre “todos os demais desaparecidos”. “Se o presidente sabe, por ‘vivência’, tanto sobre o presente caso quanto com relação aos de todos os demais ‘desaparecidos’, nossas famílias também querem saber.”

30 JUL 2019

FOLHA DE LONDRINA

Justiça torna indisponíveis bens de deputados acusados de gastos irregulares

Plauto Miró (DEM) e Anibelli Neto (MDB) negam irregularidades com verba de ressarcimento; ONG denunciou ao todo 11 políticos



Plauto Miró (DEM) teve R\$ 164 mil bloqueados acusado de gastar verba em restaurantes caros de Curitiba: ele diz que só se manifestará nos autos do processo

“AL editou novo ato para dar mais clareza às normas e evitar interpretações errôneas sobre a verba”

CONTINUA

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

30 JUL 2019

Guilherme Marconi

Reportagem Local

A Organização Não Governamental Vigilantes da Gestão Pública denunciou à Justiça 11 políticos do Estado - entre deputados e ex-deputados estaduais - por supostas irregularidades em gastos com alimentação pagos com a chamada verba de ressarcimento da Assembleia Legislativa (AL). Dois deputados estaduais tiveram os bens tornados indisponíveis judicialmente.

Em decisão liminar publicada na última sexta-feira (26), o juiz da 4ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba, Guilherme de Paula Rezend, determinou o bloqueio de R\$ 164 mil em bens do deputado Plauto Miró (DEM). No dia 19, outra decisão judicial havia atingido o deputado Anibelli Neto (MDB).

Segundo uma das denúncias, entre 2014 e 2019, Miró, 1º vice-presidente do Legislativo, teria usado a verba para pagar despesas com alimentação em restaurantes de Curitiba, apesar da resolução da Assembleia prever que somente gastos feitos em viagens podem ser reembolsados. Segundo a ONG Vigilantes da Gestão Pública, que protocolou a ação, os recursos "extrapolam o conceito de despesas de viagem" e destacou que a quantidade de reembolsos realizados em "badalados restaurantes curitibanos" - cidade sede da Assembleia - contrariam o previsto nas regras.

A verba de ressarcimento de despesas relativas ao exercício do mandato parlamentar está fixada em R\$ 31.470,00. O juiz demonstra que "a título de alimentação, verifica-se que muitas das aquisições feitas não

se deram em viagens no exercício da atividade parlamentar". Entre os diversos valores reembolsados em restaurantes da capital estão R\$ 400 na Churrascaria Devons, e R\$ 350,00 do restaurante francês Chateau de Gazon.

A assessoria de imprensa de Plauto Miró informou que o parlamentar ainda não foi notificado e só irá se manifestar nos autos do processo.

OUTROS CASOS

A investigação da ONG Vigilantes da Gestão referente à verba de ressarcimento de alimentação atinge 11 deputados e ex-deputados até o momento. No último dia 19, o juiz Jailton Juan Carlos Tontini, da 3ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba, havia decretado a indisponibilidade de bens do deputado estadual Anibelli Neto (MDB) até o valor de R\$ 175 mil, também sob a acusação de gastos irregulares com a verba de ressarcimento da Assembleia Legislativa.

Em nota, o deputado Anibelli Neto afirmou que suas prestações de contas, disponíveis no Portal da Transparência da Assembleia Legislativa, foram sempre aprovadas pela Comissão de Tomada de Contas e pelo plenário da Casa sem nunca ser atestada nenhuma irregularidade. O deputado destacou ainda que segue rigorosamente as normas estabelecidas pela comissão executiva da Assembleia. "Anibelli Neto não é o primeiro deputado alvo desta ONG e, até por isso, segundo o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Ademar Traiano, a mesa executiva editou um novo ato normativo para dar mais clareza às normas e evitar interpretações errôneas."

O deputado acrescentou ainda que acredita no Poder Judiciário e que irá reverter esta decisão.

30 JUL 2019

FOLHA DE LONDRINA

Alves responderá por ameaçar delator da Operação ZR3

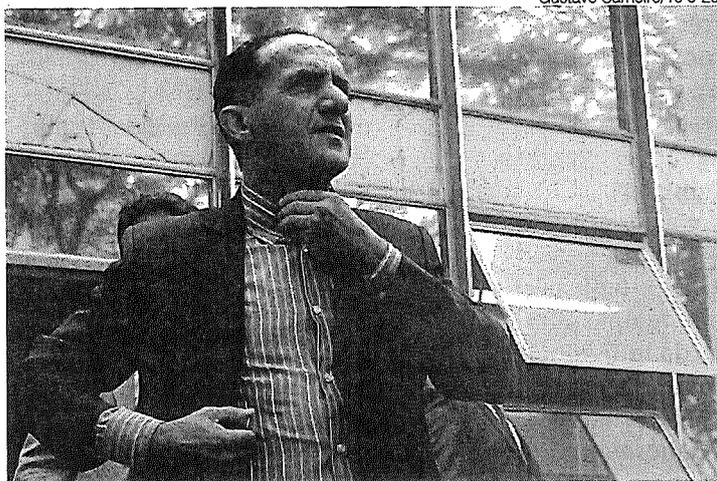
Rafael Machado

Reportagem Local

O vereador afastado Rony Alves (PTB) virou réu no processo que apura a aproximação dele do delator da Operação ZR3, o agricultor Junior Zampar, no final de 2018, no estacionamento de uma agência bancária da avenida Santos Dumont, zona leste de Londrina. À época, o parlamentar, também investigado em uma ação criminal do suposto esquema para alterar o zoneamento de áreas específicas da cidade, deveria manter distância da testemunha.

Segundo a denúncia de coação do Ministério Público aceita na última sexta-feira (26) pelo juiz da 2ª Vara Criminal, Delcio Miranda da Rocha, Zampar sacou dinheiro do caixa eletrônico e, quando já acessava o estacionamento, viu um carro preto chegando e percebeu que Rony Alves estava dirigindo. O vereador afastado desceu do veículo e, conforme os promotores Jorge Barreto da Costa e Leandro Antunes, chamou o agricultor pelo nome, questionando-o “o porquê de ter feito aquilo (acusá-lo de integrar eventual organização criminosa)”.

De acordo com o MP, Junior Zampar teria dito que “aquele não era o momento nem o local adequados para conversarem” e se afastou do político,



Gustavo Carneiro/16-9-201

Vereador afastado foi acusado de coagir testemunha que revelou suposto esquema de mudança de zoneamento

que o teria perseguido e “intimidá-lo”. Por ter descumprido a medida cautelar, Alves foi preso no dia 22 de dezembro por policiais do Gaeco (Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado), mas terminou solto pelo Tribunal de Justiça no começo de janeiro.

O advogado Mauricio Carneiro, que defende o vereador afastado, disse que o Tribunal de Justiça concedeu habeas Corpus e revogou a prisão preventiva de Rony Alves. “Os vídeos das câmeras de segurança são provas contundentes de que o vereador e Junior Zampar se encontraram por acaso e em momento algum foram proferidas ameaças.” Segundo ele, o recebimento da denúncia não significa eventual condenação. “Como já reconheci-

do pelo TJ, não houve o cometimento de nenhum crime por parte de Rony Alves. Confiamos na justiça londrinense, que certamente reconhecerá a inocência do vereador.”

Rony Alves está afastado da Câmara Municipal desde o começo de 2018 quando a ZR3 foi deflagrada. O mesmo TJ suspendeu há duas semanas o pagamento de R\$ 12 mil mensais ao parlamentar. Também réu na apuração do Gaeco, Mario Takahashi (PV), já voltou para o Legislativo em junho e tenta derrubar na Justiça a determinação de não frequentar o prédio da Prefeitura de Londrina. O caso ainda não foi analisado pelo juiz Delcio da Rocha. Os interrogatórios dos 13 réus da ZR3 estão previstos para 21 de agosto.

30 JUL 2019

FOLHA DE LONDRINA

Falência da Avianca tem maioria dos votos na Justiça

São Paulo - A maioria dos desembargadores da 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça de São Paulo votou a favor, nesta segunda-feira (29), de decretar a falência da companhia aérea Avianca Brasil, que estava em recuperação judicial desde dezembro. Os magistrados podem mudar o voto até 27 de agosto, quando o julgamento está marcado para terminar.

Dos cinco membros da Câmara, três votaram a favor de decretar a insolvência da companhia (Ricardo Negrão, Sérgio Shimura e José Araldo Telles) e um contra (Maurício Pessoa). O magistrado Paulo Roberto Brazil está impedido de votar. Caso haja mudança de voto e empate, um desembargador de outra Câmara emite seu parecer.

A Swissport é uma das credoras da Avianca, e tem R\$ 17 milhões a receber. A empresa afirma que a oferta do fundo de investimento Elliott (maior credor da aérea), Gol e Latam de arrematar slots (autorizações de pousos e decolagens) da Avianca em leilão é ilegal.

Para a empresa, o certame que consta no plano de recuperação judicial e foi realizado apresenta conflito de interesses porque envolveu pagamentos antecipados das aéreas ao fundo. Também afirma que é ilegal vender os slots porque não são ativos da Avianca, mas sim concessões.

O certame, que ocorreu em 10 de julho, tem sua legalidade questionada também porque a Anac (Agência Nacional de Aviação Civil) conseguiu, na Justiça, autorização para redistribuir os slots da companhia, que está com a concessão suspensa desde 21 de junho pela agência.

O órgão já iniciou a redistribuição dos horários da Avianca nos aeroportos de Guarulhos, Santos Dumont e Recife. Os de Congonhas serão redistribuídos pela Anac nesta terça (30).

FOLHA DE LONDRINA

LUIZ GERALDO MAZZA

30 JUL 2019

Delação tardia

As revelações - exploradas com ênfase e no sentido negativo - do The Intercept Brasil repetem fatos conhecidos como o ponto de vista de Sergio Moro de que era fraca a delação de Palocci. E não apenas dele, mas dos procuradores em geral e tanto que isso rendeu um atrito entre eles e a Polícia Federal, que acabou levantando a tese de que ela também tinha direito à delação, o que o Judiciário afinal confirmaria a contragosto do Ministério Público. As delações que sobrevieram a tudo isso e feitas pela Polícia Federal é que trouxeram novas cargas.

Aí houve o comentário de um procurador no sentido de que o ex-ministro de Lula e Dilma de que "embora seja difícil provar ele é o único que quebrou a omerta petista". Intenções e comentários são dados como fatos com a maior naturalidade e em casos como esse em aberta contradição com a realidade, já que o testemunho referido foi um dos que mais duraram para ser feitos e percebeu-se que a Polícia Federal tinha fundadas razões para ter acesso às delações em derrota do Ministério Público, que pretendia esse monopólio.

A livre interpretação desses vazamentos, de origem clandestina e criminosa, fica por conta dos meios de comunicação, que obtiveram o acesso e tentam sugerir que o fazem por idealismo e pelo bem do Brasil, como sugeriu uma das frases do hacker Walter Delgatti Neto.

Nesse mosaico há coisas que não colam como a tal disponibilidade generosa por ter juízo negativo da Lava Jato do portador do acervo, cerrando fileiras com todos os corruptos deste país que a reprovam por motivações óbvias e bem determinadas.

Mau momento

Precipitações de Sergio Moro se tornaram mais frequentes, como aquela de sugerir a queima dos documentos, e agora a portaria que permite a deportação sumária de estrangeiros tidos como perigosos. Há uma articulação de parlamentares para derrubá-la e junto a aliados de Rodrigo Maia, aquele que tornou viável a tramitação da reforma previdenciária.

É uma evidência de que os vazamentos atingiram duramente a imagem do ministro e ele já não detém o status de inquestionável como se dava no seu tempo de juiz. É verdade que adeptos do fluxo judicial insistem em decalques e outdoors e parece que o grupo favorável à sua atuação no STF se mantém na postura adotada de defendê-lo e aos efeitos de suas sentenças, mas aparenta ausência de fatos positivos para sustentá-la nesse momento, o que se pode prever nova carga positiva de condenações, inclusive a esperada confirmação da sentença de primeira instância no episódio do sítio de Atibaia às vésperas de ratificação. O momento não é bom porque a sociedade está ideologicamente cindida no assunto.

MILITÃO

Fórum de Prerrogativas

Com o tema Advocacia como instrumento essencial à Cidadania, será realizado dia 13 de agosto o VII Fórum de Prerrogativas da OAB- Londrina. O evento, às 19 horas, na sede da entidade, terá a participação dos advogados Juliano Breda, ex-presidente da OAB-PR, e Mário de Oliveira Filho, ex-presidente da OAB de São Paulo. As inscrições são gratuitas, mas pede-se a doação de um quilo de alimento não perecível. Para se inscrever, basta ligar para (43) 3294-5900.

30 JUL 2019

FOLHA DE LONDRINA

Fala de Bolsonaro mobiliza comissão e Anistia Internacional

Comissão sobre Mortos e Desaparecidos vai pedir explicação ao presidente por ter dito que sabe como o pai do presidente da OAB desapareceu

Brasília - A Cemdp (Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos) vai pedir explicações ao presidente Jair Bolsonaro sobre ele ter dito que tem informações a respeito do desaparecimento do servidor público Fernando Santa Cruz, ocorrido no Rio em 1974, aos 26 anos de idade, e pai do atual presidente da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), Felipe Santa Cruz.

Segundo depoimentos do ex-analista do DOI-CODI, uma unidade da repressão militar, Marival Chaves, Fernando Santa Cruz foi assassinado, junto com outros ex-integrantes da organização de esquerda AP (Ação Popular), numa operação executada por conhecidos militares da repressão, como o então coronel do Exército Paulo Malhães (1937-2014), que assumiu ter conhecimento de diversos atos de tortura e assassinato de opositores políticos. Nessa segunda-feira (29), Bolsonaro disse que tem informações sobre o que aconteceu com Santa Cruz, mas não explicou o quê.

“É muito grave essa declaração. Ele [Bolsonaro] está transformando um dever oficial, que é dar informações aos familiares, que ele já deveria ter cumprido,

em uso político contra um crítico do seu governo”, disse a presidente da Cemdp, a procuradora da República Eugênia Augusta Gonzaga.

“É lamentável a declaração sob qualquer aspecto. Ele dizer que sabe e usar isso, é uma forma de reiterar a tortura dos familiares. E o mais grave, ele usa um golpe tão baixo contra uma pessoa que ele ataca politicamente”, disse Eugênia.

A Cemdp vai reiterar os termos de um ofício encaminhado à Presidência da República no começo do governo. Bolsonaro no qual as famílias assinalaram a necessidade de adoção urgente de ações, pelo chefe do Executivo, a fim de localizar mortos e desaparecidos e prestar informações aos familiares. A carta foi resultado de um encontro nacional de familiares de mortos e desaparecidos. A Cemdp foi criada em 1995, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, e hoje é vinculada ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

Os familiares de Santa Cruz são historicamente dos mais engajados na longa batalha para obter informações sobre desaparecidos e mortos na ditadura militar (1964-1985).

A mãe de Fernando, Elizta Santos Santa Cruz Oliveira, morreu em junho aos 104 anos de idade e ao longo dos últimos 45 anos não deixou de procurar informações sobre o destino dado ao corpo de seu filho, segundo relatou Eugênia.

ANISTIA

A Anistia Internacional divulgou uma nota de repúdio aos comentários do presidente Jair Bolsonaro sobre Fernando Augusto de Santa Cruz Oliveira, pai do atual presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Felipe Santa Cruz. Oliveira foi morto durante a ditadura militar. E pediu que o caso seja levado à justiça. “É terrível que o filho de um desaparecido pelo regime militar tenha que ouvir do presidente do Brasil, que deveria ser o defensor máximo do respeito e da justiça no País, declarações tão duras”, afirmou a diretora-executiva da Anistia no Brasil, Jurema Werneck.

CONTINUA

30 JUL 2019

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

"FALTA DE EMPATIA"

O presidente da OAB, Felipe Santa Cruz, afirmou, por meio de nota, que as declarações do presidente Jair Bolsonaro demonstram "crueldade e falta de empatia". O presidente falou sobre o desaparecimento do pai de Santa Cruz, preso pelas forças de segurança do Estado durante a ditadura militar e até hoje desaparecido. "Se o presidente da OAB quiser saber como o pai desapareceu no período militar eu conto para ele", disse Bolsonaro. "O mandatário da República deixa patente seu desconhecimento sobre a diferença entre público e privado, demonstrando mais uma vez traços de caráter graves em um governante: a crueldade e a falta de empatia. É de se estranhar tal comportamento em um homem que se diz cristão".

30 JUL 2019

FOLHA DE LONDRINA



- Já vou, mãe. Tô terminando de hackear o presidente, ministros do Supremo e alguns poderosos...

30 JUL 2019

O ESTADO DE S. PAULO

Disparate

Não faz três anos que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) concluiu a reforma de sua sede em Brasília ao custo de R\$ 7 milhões para os contribuintes. Não foi uma obra modesta, como se vê pelo valor. A reforma envolveu a recuperação da cobertura do prédio, o reforço estrutural das lajes e vigas e a readequação das instalações elétricas e sanitárias. Para aproveitar o ensejo, os conselheiros trocaram o mobiliário do CNJ por itens de alto padrão. Apenas com 430 cadeiras foi gasto R\$ 1,06 milhão, 15% do valor total da obra.

Na cerimônia de inauguração da sede reformada, em 9 de setembro de 2016, o ministro Ricardo Lewandowski, então presidente do CNJ, estava exultante. “Conseguimos uma sede nova, primorosa, que não fica a dever nada para outros prédios públicos, além de um terreno de 80 mil metros quadrados que recebemos como doação. Falo no plural, pois todos fizemos isso em conjunto”, disse o então presidente do CNJ.

É acintoso que, passado tão pouco tempo, aquela sede “primorosa” já não sirva mais para atender às necessidades do CNJ. O órgão responsável por zelar pelo aperfeiçoamento do Poder Judiciário do País, “principalmente no que diz respeito ao controle e à transparência administrativa e processual”, vai se transferir para uma nova

sede ao custo anual de R\$ 23,3 milhões. O novo prédio tem 30,9 mil metros quadrados, fachada espelhada, jardins externos, espelho d’água e ampla vista do Plano Piloto. Mas o grande atrativo do local, por assim dizer, é a maior proximidade com o Supremo Tribunal Federal (STF) e outros Tribunais Superiores. Esta é uma das justificativas dadas para a mudança. A atual sede, na Asa Norte, fica a cerca de dez minutos de distância da Corte Suprema. A nova, a alguns passos.

Talvez se esteja diante dos dez minutos mais caros da República. Para ficar mais perto do STF, o CNJ aumentará seus gastos anuais em R\$ 6,5 milhões, já que a sede atual consome R\$ 16,8 milhões, ante os R\$ 23,3 milhões projetados para o novo prédio. Apenas com o aluguel do novo espaço o CNJ gastará quase R\$ 2 milhões por mês. O órgão funciona hoje em prédios doados pela União, ou seja, não tem esse custo em seu orçamento.

Por meio de nota, o CNJ informou que a sede atual – aquela qualificada como “primorosa” pelo ministro Lewandowski – está “muito aquém de sua necessidade” por não oferecer espaço adequado para “atendimento ao público externo e interno, reuniões das dezenas de grupos e comissões atuantes no órgão e realização de oitivas e audiências pelos conselheiros da Casa”.

Ora, é razoável inferir que todas essas necessidades já eram conhecidas há três anos, quan-

do da reforma da atual sede, haja vista que as atividades descritas na nota emitida pelo órgão, para as quais não haveria “espaço suficiente”, são a essência das funções do CNJ. Por que, então, não se pensou na readequação da sede em 2016 tendo-se em vista o atendimento dessas necessidades essenciais? Tal como se apresenta, a nova mudança faz a primeira reforma parecer ter sido um gasto em vão. Um escárnio com um país que se vê às voltas com uma de suas mais profundas crises fiscais, de tristes consequências para a população.

De acordo com um estudo elaborado pela Instituição Fiscal Independente (IFI), o CNJ é um dos órgãos que precisam reduzir suas despesas discricionárias para cumprir o teto dos gastos públicos em 2020. A mesma instituição aponta no estudo que este ajuste deverá ser na ordem de 4,5%. O órgão poderá ter dificuldades para cumprir o disposto na Emenda Constitucional 95, a chamada PEC do Teto, porque no ano que vem acaba a compensação financeira do Poder Executivo para órgãos que extrapolam o teto. A compensação está autorizada apenas para os três primeiros anos de vigência da PEC 95, promulgada em dezembro de 2016.

Ao optar por trocar de sede, ampliando seus gastos, o CNJ dá à sociedade o sinal de que não está preocupado com o cumprimento de uma norma constitucional. O que é um disparate, vindo de onde vem.

O ESTADO DE S. PAULO

Presidente do BB

30 JUL 2019

critica aluguel de nova sede para o CNJ

Para Rubens Novaes, proposta contribui para o 'inchaço' dos órgãos públicos; conselho defende 'mais espaço'

Patrik Camporez / BRASÍLIA

O presidente do Banco do Brasil, Rubem Novaes, criticou ontem a decisão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) de alugar uma nova sede em Brasília, conforme revelou o *Estado*.

"Isso é a realidade de Brasília, nossa ilha da fantasia. Aqui, a importância de um órgão público é medida pelo tamanho e suntuosidade de sua sede. Construída a enorme sede, é preciso enchê-la de gente que, para justificar sua existência, inferniza a vida de cidadãos e empresas. E assim seguimos expandindo o monstro estatal", afirmou ele.

Areportagem do *Estado* mostrou que o CNJ, órgão que tem como atribuição fiscalizar o Poder Judiciário, se organiza para transferir sua estrutura para um novo prédio, de 30,9 mil metros quadrados, ao custo anual de R\$ 23,3 milhões, incluindo condomínio.

A principal justificativa é a necessidade de dar mais "espaço" aos funcionários e garantir maior "proximidade" com o Supremo Tribunal Federal. A atual sede fica a dez minutos da Corte. Segundo cálculos do próprio CNJ, os gastos, que incluem aluguel e condomínio, representam 16,68% das verbas discricionárias do conselho, estimadas em R\$ 139,6 milhões para este ano.

A proposta de ocupar o edifício com vista de 360 graus do Plano Piloto da capital federal, fachada espelhada, jardins externos e espelhos d'água partiu

● Suntuosidade

Aqui (em Brasília), a importância de um órgão público é medida pelo tamanho e suntuosidade de sua sede."

Rubens Novaes

PRESIDENTE DO BANCO DO BRASIL

de Richard Pae Kim, juiz auxiliar do presidente do CNJ, ministro Dias Toffoli – que preside também o Supremo Tribunal federal (STF).

No documento enviado à diretoria-geral do órgão, ele destacou que era "oportuno avaliar a conveniência de a sede do CNJ permanecer localizada tão distante do Supremo e dos demais tribunais superiores".

No documento a que o *Estado* teve acesso, o auxiliar de Toffoli afirma que a mudança "certamente contribuiria para o seu fortalecimento institucional, dando maior visibilidade ao órgão".

Atualmente, a sede do conselho e suas dependências funcionam em três blocos de prédios na Asa Norte, região central de Brasília, a menos de 10 quilômetros do Supremo. Dois desses imóveis foram cedidos pela União e não geram custos de locação. Apesar de avaliar a mudança para um espaço maior, o CNJ deverá continuar usando dois dos três prédios que ocupa atualmente: num deles mantém uma sala-cofre e no outro um berçário.

A mudança foi criticada anteontem pela deputada estadual Janaina Paschoal (PSL-SP). "Quando chegará o momento em que leremos notícias de que instituições decidiram mudar suas sedes para economizar o dinheiro público?", questionou a parlamentar.

Mais espaço. A assessoria do CNJ afirma que os prédios usados atualmente como sede são "distantes" dos tribunais superiores e a área de 12 mil metros quadrados está "muito aquém de sua necessidade". "Como exemplo dessa necessidade, apontamos: insuficiência do espaço destinado ao plenário para atendimento do público externo e interno; insuficiência de espaço para as reuniões das dezenas de grupos e comissões atuantes no órgão; e insuficiência de espaço para a realização de oitivas e audiências pelos conselheiros da Casa."

O órgão informou ainda que o processo está em fase de instrução e a mudança somente será definida após a tomada das decisões pela administração do CNJ. O conselho ressaltou que, caso se efetive a mudança, o custo por metro quadrado de aluguel cairá de R\$ 52,88 para R\$ 30,78. A nova sede, no entanto, terá 30,2 mil metros quadrados, o equivalente a três vezes o tamanho do espaço ocupado hoje, com 9 mil metros quadrados. Ou seja, o valor sairá mais caro.

Juristas e entidades condenam declarações

Para Reale Jr., presidente deve explicações à Comissão de Mortos; 'terrível', afirma Anistia

Pedro Venceslau

Aversão dada ontem pelo presidente Jair Bolsonaro para o desaparecimento do militante de esquerda Fernando Augusto Santa Cruz de Oliveira, morto em 1974 durante o regime militar, provocou reação de juristas e entidades ligadas à anistia e direitos humanos. Em entrevista pela manhã, Bolsonaro disse que poderia "contar a verdade" sobre o caso. À tarde, em 'live' numa rede social, acrescentou que Oliveira - pai do atual presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Felipe Santa Cruz - teria sido morto pelos próprios colegas do grupo Ação Popular (AP).

Um dos autores do pedido de impeachment da presidente cassada Dilma Rousseff, o jurista Miguel Reale Jr. afirmou que Bolsonaro "tem de prestar contas" das suas afirmações à Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos, órgão vinculado ao atual Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Ex-ministro da Justiça no governo Fernando Henrique Cardoso, Reale Jr. foi o primeiro presidente da comissão, cargo que ocupou entre 1995 e 2001.

"A primeira obrigação que o presidente da República tem com o órgão é fornecer os elementos que ele conhece sobre o desaparecimento do pai do presidente da Ordem. Ele deve fazer isso para a responsabilização do Estado, e não para se vangloriar ou antagonizar com um inimigo político", disse ele.

Ainda segundo Reale, o presidente está "dando continuidade" ao confronto que se estabeleceu na época da ditadura. "Para ele, não houve a Constituição de 1988 e a anistia. Bolsonaro continua em guerra. O caso dele não é de impeachment, mas de interdição. É uma pessoa que a cada dia prejudica a si próprio. Ele tem que ser protegido. A característica do louco é essa: prejudicar a si mesmo."

Ex-secretário de Direitos Humanos do Ministério da Justiça e autor da Lei dos Mortos e Desaparecidos (que reconhece os desaparecidos como mortos e a responsabilidade do Estado nessas mortes), José Gregori também avaliou que Bolsonaro deveria dar explicações à comissão.

"Bolsonaro se insurgiu contra a lei que foi aceita pelas Forças Armadas. Ele está indo contra uma lei que é uma decisão soberana da nação brasileira", disse o ex-secretário. Para Gregori, en-

quanto o presidente falava "amenidades sem sentido", isso era visto como folclórico. "Enquanto eram amenidades, o Brasil estava rindo, mas agora é sério. É preciso que se tomem medidas judiciais", afirmou ele, lembrando que Oliveira estava entre os primeiros 44 nomes reconhecidos de imediato como mortos durante o regime militar.

Doria. Aliado de Bolsonaro nas eleições do ano passado, o governador João Doria (PSDB), cujo pai foi exilado político na época da ditadura, também criticou a fala do presidente. "É inaceitável que um presidente da República se manifeste da forma com que se manifestou. Foi uma declaração infeliz", afirmou Doria, em evento no Palácio dos Bandeirantes. "Não posso silenciar diante desse fato. Eu sou filho de um deputado federal cassado pelo golpe de 1964 e vivi o exílio com meu pai, que perdeu quase tudo."

Em nota, a Anistia Internacional fala em "declarações duras" de Bolsonaro e pede que o País "assuma sua responsabilidade". "É terrível que o filho de um desaparecido pelo regime militar tenha de ouvir do presidente do Brasil, que deveria ser o defensor máximo do respeito e da justiça no País, declarações tão duras", escreveu a diretora executiva da entidade no Brasil, Jurema Werneck. "O Brasil deve assumir sua responsabilidade, e adotar todas as medidas necessárias para que casos como esses sejam levados à Justiça. O direito à memória, justiça, verdade e reparação das vítimas, sobreviventes e suas famílias deve ser defendido e promovido pelo Estado Brasileiro e seus representantes."

Também em nota, o Colégio Nacional de Defensores Públicos Gerais (Condege) diz que "o respeito entre as instituições e às pessoas é a base da democracia e o que legitima a própria existência da República".

COLABOROU ROBERTA JANSEN

30 JUL 2019

O ESTADO DE S. PAULO

Juiz deve ouvir hoje os quatro suspeitos em audiência fechada

Walter Delgatti Neto, Danilo Marques, Gustavo Santos e Suellen Priscila Oliveira tiveram a prisão temporária prorrogada

*Pepita Ortega
Fausto Macedo*

Os quatro presos na Operação Spoofing sob suspeita de terem invadido celulares de centenas de autoridades do País, entre elas o presidente Jair Bolsonaro, o ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, e o coordenador da força-tarefa da Operação Lava Jato em Curitiba, procurador da República Deltan Dallagnol, devem ser ouvidos hoje, em uma audiência de custódia em sigilo com o juiz da 10.^a Vara Federal, Vallisney de Souza Oliveira. O encontro está marcado para as 10h.

Na sexta-feira passada, o magistrado determinou a prorrogação da prisão temporária de Walter Delgatti Neto, conhecido como "Vermelho", Danilo Cristiano Marques e do casal Gustavo Henrique Elias Santos e Suellen Priscila de Oliveira. Os quatro estão detidos há uma semana, quando foi deflagrada a Operação Spoofing.

Em sua decisão, o magistrado afirmou que a continuidade das investigações seria necessária por causa das informações fornecidas pelos investigados nos interrogatórios. Em depoimento à Polícia Federal, Delgatti Neto confessou ter invadido aparelhos celulares de autoridades.

O magistrado apontou ainda que, se soltos, os investigados poderiam "agir e combinar e praticar condutas, isoladamente e em conjunto, visando apagar provas em outros endereços, mudar senhas de contas virtuais, fazer contatos

● Investigação

"(Está pendente ainda a avaliação do) completo cenário e a profundidade das invasões praticadas."

Vallisney de Souza Oliveira

JUIZ

com outras pessoas eventualmente envolvidas, retirar valores de contas desconhecidas ou de algum modo prejudicar o inquérito policial".

O juiz Vallisney de Oliveira também destacou que a investigação ainda depende de trabalho técnico pericial, o que demandaria mais alguns dias para ser concluído. A previsão era de que a PF, por meio do Instituto Nacional de Criminalística, finalizasse ontem as análises dos equipamentos de informática apreendidos na casa de Delgatti Neto.

Profundidade. Ainda conforme o magistrado, que autorizou as prisões e as buscas e apreensões da Operação Spoofing na semana passada, também está pendente a avaliação do "completo cenário e a profundidade das invasões praticadas, mesmo porque a informação técnica atesta que cerca de 1.000 pessoas ou números telefônicos teriam sido alvo dos ataques".

Vallisney fala ainda em "localizar a origem da quantia de R\$ 99 mil em espécie apreendidos com (o casal) Gustavo Henrique Elias Santos e Suellen Priscila de Oliveira e se eles possuem (e qual grau de) ligação com a atividade de invasão diretamente realizada por Walter Delgatti Neto".

Outra frente, conforme o juiz, é "descobrir mais sobre apreensão em poder de Danilo Marques de 60 chips lacrados para telefone celular pré-pago e sua destinação e utilidade nas investigações".

30 JUL 2019

O ESTADO DE S. PAULO

COLUNA DO ESTADÃO

Ataque desagrada a parte da direita e dos militares

O ataque de Jair Bolsonaro ao presidente da OAB, Felipe Santa Cruz, pegou mal entre políticos conservadores que apoiam o presidente. “Absolutamente desnecessárias (as falas). Pelo futuro do País, o presidente precisa deixar o passado no passado”, disse Janaína Paschoal (PSL-SP). Reservadamente, militares lamentaram a declaração por ela ter trazido à tona o atestado de óbito de Fernando Santa Cruz, expedido pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos: morreu “de causa não natural, violenta, causada pelo Estado”.

● **Estamos fora.** Até membros do PSL, que concordam em número e grau com o presidente nas críticas à atuação da OAB, acham que Bolsonaro perdeu a mão. Além de ter entregado munição de bandeja aos críticos, perdeu a oportunidade de atacar, com argumentos, a ordem.

30 JUL 2019

FOLHA DE S. PAULO

Fala de Bolsonaro sobre desaparecido na ditadura causa repúdio até de aliados

Em ataque a chefe da OAB, presidente afirmou que poderia contar o que aconteceu com pai do advogado no regime militar

BRASÍLIA, SÃO PAULO E RECIFE Uma declaração do presidente Jair Bolsonaro (PSL) sobre o pai do advogado Felipe Santa Cruz, chefe nacional da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), causou repúdio entre opositores e até entre aliados.

O advogado é filho de Fernando Augusto Santa Cruz de Oliveira, desaparecido em fevereiro de 1974, após ter sido preso junto de um amigo chamado Eduardo Collier por agentes do DOI-Codi, órgão de repressão da ditadura militar (1964-1985), no Rio de Janeiro.

Ao reclamar sobre a atuação da Ordem na investigação do caso de Adélio Bispo, autor do atentado à facha do qual foi alvo em setembro de 2018, Bolsonaro disse que poderia explicar a Santa Cruz como o pai dele desapareceu durante o regime.

“Por que a OAB impediu que a Polícia Federal entrasse no telefone de um dos caríssimos advogados? Qual a intenção da OAB? Quem é essa OAB? Um dia, se o presidente da OAB quiser saber como é que o pai dele desapareceu no período militar, conto pra ele. Ele não vai querer ouvir a verdade. Conto pra ele”, disse Bolsonaro na manhã desta segunda-feira (29).

“Não é minha versão. É que a minha vivência me fez chegar nas conclusões naquele momento. O pai dele integrou a Ação Popular, o gru-

po mais sanguinário e violento da guerrilha lá de Pernambuco e veio desaparecer no Rio de Janeiro”, acrescentou o presidente.

Horas depois, em uma transmissão ao vivo pela internet enquanto cortava o cabelo no Palácio do Planalto, o presidente defendeu os militares e culpou grupos de esquerda pelo desaparecimento.

“Não foram os militares que mataram, não. Muito fácil culpar os militares por tudo o que acontece”, afirmou Bolsonaro. “Até porque ninguém duvida, todo mundo tem certeza, que havia justiça. As pessoas da própria esquerda, quando desconfiavam de alguém, simplesmente executavam”.

No relatório da Comissão Nacional da Verdade, responsável por investigar casos de mortos e desaparecidos na ditadura, não há registro de que Fernando Santa Cruz tenha participado da luta armada.

Em nota, o presidente da OAB afirmou que Bolsonaro age com “crueldade e falta de empatia” e que ele debocha do assassinato de seu pai.

“O mandatário da República deixa patente seu desconhecimento sobre a diferença entre público e privado, demonstrando mais uma vez traços de caráter graves em um governante: a crueldade e a falta de empatia”, disse Santa Cruz.

“Lamentavelmente, temos um presidente que trata a perda de um pai como se fosse assunto corriqueiro — e debocha do assassinato de um jovem aos 26 anos”, afirmou.

Ao retomar o assunto na transmissão ao vivo, Bolsonaro disse que não pretendia “mexer com os sentimentos” de Santa Cruz. “Acho que ele está equivocado em acreditar em uma versão apenas do fato, mas ele tem todo o direito de me criticar”, afirmou o presidente.

Sem direito de defesa, os justicamentos em organizações de esquerda eram precedidos por “tribunais revolucionários”. É comum, no entanto, que militares reformados e da reserva usem essas mortes para tentar justificar sua própria violência, pondo na conta da esquerda assassinatos cometidos pelas forças da repressão.

A declaração repercutiu mal mesmo entre políticos próximos a Bolsonaro, como o governador de São Paulo, João Doria (PSDB), que já se coloca como postulante ao Planalto em 2022 em eleição que o presidente também indicou que pretende disputar.

CONTINUA

“É inaceitável que um presidente da República se manifeste da forma que se manifestou em relação ao pai do presidente da OAB, Felipe Santa Cruz. Foi uma declaração infeliz”, afirmou Doria, após ser questionado sobre o tema em evento no Palácio dos Bandeirantes nesta segunda.

“Não posso silenciar diante desse fato. Eu sou filho de um deputado federal cassado pelo golpe de 1964 e vivi o exílio com meu pai, que perdeu quase tudo na vida em dez anos de exílio pela ditadura militar”, disse o governador tucano.

O PSDB também se manifestou contra a fala de Bolsonaro.

“Uma declaração desrespeitosa, abusiva e lamentável. Um líder pode até fazer história, mas não tem o poder de reescrevê-la”, afirmou o partido em sua conta no Twitter.

O governador do Maranhão, Flávio Dino (PC do B), disse que “o terrível assassinato do pai de uma pessoa não deve servir de arma para politicagem”.

“Essa é a criminosa declaração de Jair Bolsonaro contra a OAB e, especialmente, o seu presidente Felipe Santa Cruz, que teve a memória do pai covardemente atacada por esse facinora que usa, de forma indigna, a faixa presidencial. Não ficará impune”, afirmou o líder do PT no Senado, Humberto Costa (PE).

Ao prestar solidariedade a Santa Cruz “diante dos insultos de Bolsonaro à memória de seu pai, vítima da ditadura”, o ex-presidente do Senado Renan Calheiros (MDB-AL) disse que o presidente da República “cada vez mais perde a noção do respeito, é inacreditável”.

A Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) vai pedir explicações a Bolsonaro sobre a declaração.

Segundo depoimentos do ex-analista do DOI-Codi, Marival Chaves, Fernando Santa Cruz foi assassinado, junto com outros ex-integrantes da organização de esquerda Ação Popular, numa operação executada por conhecidos militares da repressão, como o então coronel do Exército Paulo Malhães (1937-2014), que assumiu ter conhecimento de diversos atos de tortura e assassinato de opositores políticos.

“É muito grave essa declaração”, disse a presidente da comissão, a procuradora da República Eugênia Augusta Gonzaga. “Ele [Bolsonaro] está transformando um dever oficial, que é dar informações aos familiares, que ele já deveria ter cumprido, em uso político contra um crítico do seu governo.”

“É lamentável a declaração sob qualquer aspecto. Ele dizer que sabe e usar isso, é uma forma de reiterar a tortura dos familiares. E o mais grave, ele usa um golpe tão baixo contra uma pessoa que ele ataca politicamente”, afirmou Gonzaga.

Familiares de Fernando Santa Cruz vão à PGR (Procuradoria-Geral da República) pretendem representar contra Bolsonaro pela declaração. Irmão do desaparecido, Marcelo Santa Cruz afirmou que o presidente tem obrigação de dizer tudo o que sabe sobre o caso e apontar, inclusive, onde estão as ossadas.

“É uma resposta que buscamos há 45 anos. Minha mãe passou a vida procurando o filho e terminou morrendo neste ano sem saber o que ocorreu. É mais um sofrimento que o presidente impõe à família”, diz. Rubens Valente, Talita Fernandes, Ricardo Della Coletta, Thais Arbex, Gustavo Uribe, Daniel Carvalho, Ivan Martínez-Vargas e João Valadares

434

mortos e desaparecidos na ditadura militar, segundo relatório da Comissão Nacional da Verdade

210

desaparecidos

191

mortos

33

corpos localizados

CONTINUA

30 JUL 2019

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO



“

Um dia, se o presidente da OAB quiser saber como é que o pai dele desapareceu no período militar, conto pra ele. Ele não vai querer ouvir a verdade. Conto pra ele

Jair Bolsonaro (PSL)
em referência ao advogado Felipe Santa Cruz,
nesta segunda-feira (29)



“

O mandatário da República deixa patente seu desconhecimento sobre a diferença entre público e privado, demonstrando mais uma vez traços de caráter graves em um governante: a crueldade e a falta de empatia

Felipe Santa Cruz
presidente da OAB e filho de desaparecido político



“

É inaceitável que um presidente da República se manifeste da forma que se manifestou em relação ao pai do presidente da OAB, Felipe Santa Cruz. Foi uma declaração infeliz

João Doria (PSDB)
governador de SP, sobre a declaração de Bolsonaro

30 JUL 2019

FOLHA DE S. PAULO

Preso na ditadura, pai de presidente da OAB pode ter sido morto pelo regime



Elzita Santa Cruz, morta aos 105 anos em junho, em frente à foto do filho Fernando, desaparecido na ditadura

Reprodução

BRASÍLIA Alvo de declarações do presidente Jair Bolsonaro (PSL) nesta segunda (29), Fernando de Santa Cruz Oliveira desapareceu em 1974, durante a ditadura militar. Ele era pai do atual presidente da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), Felipe Santa Cruz.

O presidente ironizou o desaparecimento de Oliveira, disse que ele integrava a guerrilha e sugeriu que ele foi morto pela esquerda. Não há indícios, no entanto, de que isso tenha ocorrido.

Fernando era estudante de direito, funcionário do Departamento de Águas e Energia Elétrica em São Paulo e integrante da Ação Popular. Felipe tinha dois anos quando o pai desapareceu.

No relatório da Comissão Nacional da Verdade, instituída em maio de 2012 para investigar casos de mortos e desaparecidos na ditadura, não há registro de que Fernando tenha participado da luta armada.

O documento ressalta que à época do seu desaparecimento “tinha emprego e endereço fixos e, portanto, não estava clandestino ou foragido dos órgãos de segurança”.

Membro da Ação Popular Marxista-Leninista (dissidência da Ação Popular, grupo de esquerda fundado pela juventude católica em 1962), Fernando foi visto pela última vez por seus familiares em 23 de fevereiro de 1974.

De acordo com a comissão, ele havia saído de casa para encontrar um amigo de infância e disse à família que, caso não voltasse até as 18 horas daquele dia, “provavelmente teria sido preso”.

O relatório afirma que Fernando e seu amigo — Eduardo Collier Filho, também militante contra a ditadura — provavelmente foram presos por agentes do DOI-Codi no Rio.

Os familiares passaram anos tentando descobrir seu paradeiro. Elzita Santa Cruz, mãe de Fernando, virou um símbolo da busca por desaparecidos na ditadura. Ela morreu

em junho, aos 105 anos, sem uma resposta para a pergunta que mais repetiu durante a vida: “Onde está meu filho?”

O regime militar chegou a dizer que Fernando estaria vivendo na clandestinidade. A Comissão da Verdade, contudo, cita um documento de 1978 em que o Ministério da Aeronáutica reconhece que ele foi preso em 1974.

A comissão elencou duas hipóteses para o sumiço de Fernando. A primeira é a de que, depois de preso no Rio, ele tenha sido levado para o DOI-Codi em São Paulo e seu corpo tenha sido sepultado como indigente no Cemitério Dom Bosco, em Perus.

Outra possibilidade levantada é a de que Fernando e seu amigo foram encaminhados para a chamada Casa da Morte, em Petrópolis (RJ), “e seus corpos levados posteriormente para incineração em uma usina de açúcar”.

30 JUL 2019

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL

Sem asas para cobra

A ofensa disparada por Jair Bolsonaro ao presidente da OAB, Felipe Santa Cruz, chocou a elite do Congresso e do Judiciário. Líderes e dirigentes de partidos dizem que os arroubos retóricos estão em escalada e pregam uma reação do Parlamento. Além da condenação dos destemperos verbais, deputados passaram a defender que o Congresso avalie extinguir a figura das medidas provisórias e derrubar todo decreto em que o capitão exorbitar de suas funções, independentemente do conteúdo.

30 JUL 2019

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL

MÔNICA BERGAMO

NÃO TÃO FÁCIL Juízes veem com ceticismo o pedido para a OAB tornar-se parte da ação que investiga o ataque de hackers a autoridades. A Ordem teria de provar ser vítima.

LIMITE Bolsonaro disse a Felipe Santa Cruz que poderia contar o que aconteceu com o pai dele, preso pela ditadura e desaparecido desde então. Ministros do STF se solidarizaram com o presidente da OAB tratando a fala como especialmente infeliz. "Faz troça da dor alheia, algo inaceitável".

DEVER DE OFÍCIO Familiares de Fernando Santa Cruz, o pai do presidente da OAB cujo corpo jamais foi velado, vão pedir à Comissão Interamericana de Direitos Humanos que se manifeste sobre a fala de Bolsonaro. Estudam alegar que ocultação de cadáver é crime permanente. Logo, se o presidente sabe de algo, deve falar.

VISITA À FOLHA José Renato Nalini, presidente da Academia Paulista de Letras, visitou a Folha nesta segunda (29).

PONTO FINAL O The Intercept Brasil desmente os rumores de que tem em seus arquivos diálogos de magistrados do STF (Supremo Tribunal Federal). "O Intercept não tem conversas extraídas de Telegram de ministros", diz o site.

PONTO INICIAL As versões surgiram depois que Moro disse ao STF que um dos magistrados havia sido alvo dos hackers.

LUTO Os restos mortais de Fernando Santa Cruz, pai do presidente da OAB, Felipe Santa Cruz, podem estar entre os de outros desaparecidos encontrados na vala de Perus. As identificações ainda não foram concluídas.

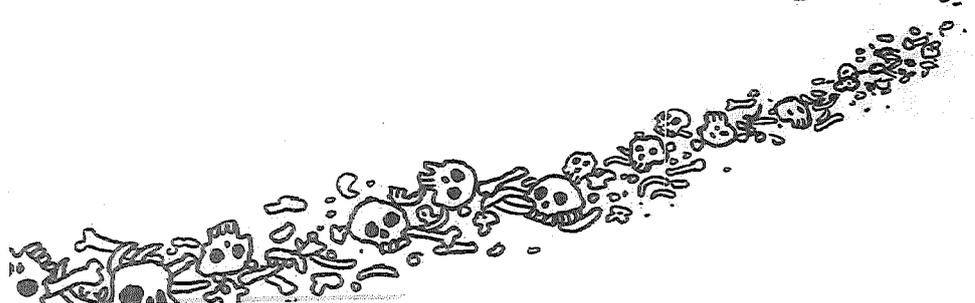
LUTO 2 O caso voltou à tona depois que Bolsonaro, ao atacar a OAB, afirmou que sabe como Santa Cruz foi morto.

CHUMBO E a Comissão Especial Sobre Mortos e Desaparecidos, presidida pela procuradora regional Eugênia Augusta Gonzaga, pode acionar o Congresso para que Bolsonaro dê explicações sobre as afirmações.

TIROTEIO

“ Fala desumana e ainda mais lamentável porque veio de quem deve dar exemplo de respeito à democracia e às instituições

De Fernando Mendes, da Ajufe, sobre Bolsonaro ter dito que poderia contar como o pai do presidente da OAB desapareceu na ditadura



30 JUL 2019

FOLHA DE S. PAULO

EDISON LANZA

Relator especial para a liberdade de expressão da Comissão Interamericana de Direitos Humanos

Vazamento de mensagens e proteção das fontes

Sigilo permite a obtenção de informações valiosas

O direito de obter e publicar informação proveniente de fontes anônimas ou confidenciais é uma ferramenta fundamental para o trabalho jornalístico.

Ainda que os jornalistas e as organizações midiáticas prefiram recorrer a fontes identificáveis, muitas vezes uma informação valiosa relacionada a abuso de poder, violações dos direitos humanos, má conduta ou delitos permanece oculta e só se obtém por meio de pessoas que, com medo de sofrer represálias, solicitam confidencialidade.

Existe um link condutor entre a proteção das fontes, o jornalismo e o direito do público de saber.

No contexto dos vazamentos de mensagens vinculadas à atuação de funcionários e operadores de justiça que vêm sendo publicadas pelo site The Intercept Brasil, fundado por Glenn Greenwald, pela Folha, bem como por outros veículos, abriu-se um debate acerca do alcance desse direito.

Os jornalistas sabem da importância do serviço que realizam quando coletam e propagam informação que não seria divulgada se a proteção das fontes não estivesse assegurada pe-

lo seu dever ético e pelo sistema jurídico. Tanto no direito constitucional como no internacional, o sigilo da fonte é um princípio fundamental da liberdade de imprensa e do direito do público de receber informação.

O sistema interamericano de proteção dos direitos humanos — o Brasil aderiu às suas declarações e firmou a Convenção Americana — é provavelmente o sistema que oferece as melhores garantias à liberdade de pensamento e expressão.

A proteção do direito da omissão ou confidencialidade das fontes está presente no artigo 13 da Convenção Americana, que outorga um valor altíssimo ao direito de buscar, receber e difundir informação de qualquer índole, sem censura prévia e sob um regime subsequente e salvo de exceções.

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) entende que há um vínculo entre a proteção de fontes e as garantias derivadas do artigo 13. Além disso, a Declaração de Princípios sobre Liberdade de Expressão — adotada pela CIDH em 2000 — inclui como parte das garantias dessa liberdade que “todo comunicador social tem o di-

reito de reserva de suas fontes de informação, anotações, arquivos pessoais e profissionais”.

A proteção abrange a identidade de fontes, arquivos, anotações e comunicações que, ao serem reveladas, poderiam levar à identificação do informante ou ao acesso à informação ainda não publicada.

Também existe um consenso internacional de que a proteção de um jornalista não depende de como a fonte obteve a informação; isto é, da legalidade ou ilegalidade com respeito à sua posse ou se a fonte deveria manter reserva.

Em 2010, as Relatorias Especiais para a Liberdade de Expressão das Nações Unidas e da CIDH emitiram uma declaração conjunta sobre o caso Wikileaks na qual manifestaram que “jornalistas, integrantes de meios de comunicação ou membros da sociedade civil que tenham acesso e difundam informações sigilosas por considerá-las de interesse público não devem ser submetidos a sanções por violação do dever de sigilo, a menos que tenham cometido fraude ou outro delito para obtê-las”.

No caso que chama a atenção do Brasil, a informação publicada está ligada a notórios feitos de interesse público e foi obtida de maneira presumivelmente ilegal por alguém que não é o jornalista — este só acessou o conteúdo e difundiu a informação. Nesse caso, a proteção da reserva da fonte se mantém, já que o comunicador não teria cometido fraude ou outro delito para conseguí-la.

Na era digital, a proteção da confidencialidade das fontes expandiu-se, abrangendo dados armazenados referentes a comunicações de jornalistas com suas fontes e a materiais de interesse público.

Moro deve continuar ministro?

Ex-juiz já teve luz própria, mas se tornou um mero apêndice de Bolsonaro

Quando Bolsonaro anunciou que Sergio Moro seria seu ministro da Justiça, fui um dos que celebraram. E por três motivos: o primeiro era que Moro institucionalizaria o know-how da Lava Jato no combate à corrupção e ao crime organizado. O segundo era ver em Moro um contraponto e uma barreira a ideias malucas e desumanas do presidente: porte de armas generalizado, salvo-conduto para violência policial etc. Por fim, era alguém que não temeria apontar e combater a corrupção mesmo que ela viesse de dentro do governo ou da família presidencial.

Sete meses depois do início do governo, essas esperanças estão cada vez mais longínquas. Desde o início Moro já vinha se apequenando ao aceitar calado todas as vezes que o presidente o desautorizou. Os casos de corrupção na família do presidente têm sido esquecidos e abafados sem protestos do ministro da Justiça. Com a revelação das mensagens entre Moro e procuradores pelo *The Intercept Brasil*, *Folha* e outros veículos, a coisa só piorou.

Colocado contra a parede, reagiu de maneira desastrosa. Ora minimizava o conteúdo, ora colocava dúvidas sobre a autenticidade. Agora tem tentado desviar a atenção para o crime do hacker.

Em abril deste ano, em entrevista a Pedro Bial, justificando a decisão — ainda como juiz — de divulgar o áudio captado ilegalmente da conversa entre Lula e Dilma em 2016, Moro disse: “O problema ali não era a captação do

diálogo e a divulgação do diálogo. O problema era o diálogo em si, o conteúdo do diálogo.” O mesmo vale agora. Invasão de celular é crime e deve ser investigada. Isso é o trabalho da polícia. Para a vida pública brasileira, o que interessa é o conteúdo das mensagens, que mostram Moro, em vez do juiz equidistante e puramente passivo que alegava ser, ajudando e aconselhando o Ministério Público.

As reações do ministro estão ficando mais agressivas conforme ele politiza as acusações. Na semana passada, obteve informações sigilosas da operação que investiga o hacker, entrou em contato com pessoas que tiveram sua privacidade violada (me pergunto com qual finalidade) e, para coroar, anunciou que destruiria todas as evidências, sem ter autoridade para isso. Paralelamente, publicou uma portaria (provavelmente inconstitucional) que prevê a deportação de estrangeiros “perigosos à segurança do Brasil”, justo no momento em que é confrontado por um jornalista estrangeiro. Enquanto isso, o presidente ameaça o jornalista de prisão.

Moro já teve luz própria. Agora se tornou um mero apêndice de Bolsonaro, dependente dele para se sustentar. Está, ademais, paralisado. Tudo que faz é se defender, reagir e tentar, sem sucesso, mudar de assunto. Isso compromete o funcionamento do ministério. O pacote anticrime (ele próprio com concessões graves ao bolsonarismo), proposto em fevereiro, avança a passos de tar-

taruga. De resto, não há nada além da controvérsia.

Sendo assim, melhor será para o Brasil que Moro deixe o ministério. A renúncia não é uma admissão de culpa, apenas o reconhecimento honrado de que a necessidade de se defender interfere nas responsabilidades oficiais.

De 2014 para cá, só uma coisa melhorou no Brasil: o combate à corrupção, graças aos policiais e procuradores da Lava Jato e a juizes como Moro. Agora descobrimos abusos que devem ser conhecidos e corrigidos. Pego no olho do redemoinho, Moro não é a pessoa ideal que parecia ser para conduzir o progresso gradual e seguro de nossas instituições.

30 JUL 2019

FOLHA DE S. PAULO

Pessoas perigosas

Portaria de Moro que estabelece rito sumário para extradição de estrangeiros e ameaça de Bolsonaro a jornalista indicam inclinações à arbitrariedade

Os atentados de 11 de setembro de 2001 abriram os olhos ocidentais para uma realidade incômoda — o mesmo fluxo livre de bens e pessoas preconizado pelas sociedades liberais havia exposto países ao terrorismo e a crimes transnacionais.

Um efeito bastante nefasto do endurecimento legal subsequente se deu no longo prazo, quando em nome da segurança nacional estipularam-se políticas migratórias cruéis mundo afora.

Na franja menos desenvolvida do Ocidente, o Brasil chega atrasado à moda. Na sexta-feira passada (26), o ministro Sérgio Moro (Justiça) editou portaria regulamentando a Lei de Migração, de 2017.

O texto permite que “pessoas perigosas” sejam deportadas em 48 horas após sua representação diplomática ou o Itamaraty serem notificados, caso não apresentem defesa. Recursos suspensivos podem ocorrer em 24 horas.

É ocioso notar que a regra cerceia o direito de ampla representação do acusado, por exíguos os prazos. Mas é naquilo que não se diz que a portaria impressiona mal.

Apesar de listar crimes que vão de terrorismo a pedofilia, a norma não exige que o alvo tenha sido condenado. Fala de investigações em curso ou suspeitas. Dá ao Estado poder excessivamente discricionário para lidar com estrangeiros.

As regras atuais parecem mais sensatas, fixando 60 dias para que a extradição seja examinada.

O novo texto sugere uso de “informações de inteligência”, algo que desde o “casus belli” da Guerra do Iraque deve ser visto com reservas.

O contexto levanta dúvidas. Moro está sob escrutínio devido ao vazamento de suas conversas com procuradores da Lava Jato, a partir de arquivos recebidos pelo site The Intercept, editado por um jornalista americano, Glenn Greenwald.

A portaria não pode atingir Greenwald, casado com um brasileiro, o deputado federal David Miranda (PSOL-RJ), com dois filhos. Mas tratar logo agora de expulsão de estrangeiros, bandeira de muitos apoiadores de Moro, causa ruído.

Não fosse suficiente a coincidência, o presidente Jair Bolsonaro (PSL) tratou do tema de forma irresponsável. Disse que o americano foi “malandro” ao casar e ter filhos, como se o tivesse feito para não ser expulso — quando ele está unido a Miranda há quase 15 anos.

E afirmou que Greenwald “talvez pegue uma cana aqui no Brasil”. Dado que não há crime conhecido imputado ao jornalista, Bolsonaro desceu o degrau da leviandade para desfilas no patamar da arbitrariedade, ao ameaçar alguém cujo trabalho lhe desagrade.

Em 2004, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) tentou expulsar um repórter americano que havia descrito seus hábitos étlicos, mas desistiu. Até no autoritarismo Bolsonaro parece obcecado em comparar-se ao rival.

FOLHA DE S. PAULO

ALVARO COSTA E SILVA

A intimidade da República

RIO DE JANEIRO Publicada em maio na Folha, a foto de Pedro Ladeira era um chamariz para qualquer hacker. Com se sabe hoje, nem precisava ser um especialista russo. Um amador de Araraquara facilmente daria conta do serviço e botaria no bolso as intimidades de meia República, cerca de mil telefones, incluindo os do presidente Bolsonaro, dos chefes da Câmara e do Senado, do ministro Sergio Moro e de procuradores da Lava Jato.

A imagem capturada pelo fotógrafo mostrava a atuação na Câmara de sete deputados, todos do PSL, durante a votação da retirada do Coaf da alçada do ministro Moro — quem lembra? Mas o que na verdade revelava era que eles não estavam nem aí para a importante questão, porque só tinham olhos, mãos e dedos para seus celulares. São os chamados parlamentares youtubers.

É a nova maneira de se fazer política — quer dizer, fazer live em busca de like. As favas com o debate entre os pares no Parlamento. Cada bolha particular virou um universo. O que importa é produzir conteúdos para (como se diz mesmo?) lacrar nas redes sociais, abordando em geral os temas menos relevantes para a vida do país. Quanto mais espalhafato, melhor, pois aumenta a audiência. O delírio performático não escolhe lado: vale tanto para a direita quanto para a esquerda.

Num mundo tão dependente dos celulares, é natural que eles se tornassem alvo dos invasores de privacidade. O espantoso é a facilidade com que os ataques foram realizados. Parece brincadeira de criança. Ficamos sabendo que Bolsonaro recebeu, quando assumiu o mandato, um celular criptografado, que ele não usa porque o aparelho protegido não permite a instalação de aplicativos como Instagram, Twitter, WhatsApp, Telegram — este último o canal utilizado para as invasões.

Pensando bem, Bolsonaro não precisa de nenhum hacker para lhe queimar o filme. Basta abrir a boca e começar a falar.

30 JUL 2019

30 JUL 2019

FOLHA DE S. PAULO

Falência da Avianca já tem maioria dos votos na Justiça

Agência vai redistribuir hoje autorizações para voos da empresa em Congonhas

Ivan Martínez-Vargas

SÃO PAULO A maioria dos desembargadores da 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça de São Paulo votou a favor, nesta segunda-feira (29), de decretar a falência da companhia aérea Avianca Brasil, que está em recuperação judicial desde dezembro de 2018.

Os magistrados podem mudar o voto até 27 de agosto, data prevista para o término do julgamento.

Dos 5 membros da Câmara, 3 votaram a favor de decretar a insolvência da companhia (Ricardo Negrão, Sérgio Shimura e José Araldo Telles) e um contra (Maurício Pessoa). O magistrado Paulo Roberto Brazil está impedido de votar.

Caso haja mudança de voto e empate, um desembargador de outra Câmara emitirá seu parecer.

Procurada, a Avianca não se pronunciou.

O Tribunal analisa um agravo de instrumento interposto pela Swissport pedindo a anulação do plano de recuperação judicial da Avianca Brasil, que teve suas operações suspensas pela Anac em maio.

A Swissport é uma das credoras da Avianca e tem R\$ 17 milhões a receber.

A empresa afirma ser ilegal a proposta que consta no plano de recuperação, formulada pelo fundo de investimento Elliott (maior credor da aé-

rea) com Gol e Latam, de realizar um leilão de slots (autorizações para pousos e decolagens) da Avianca.

Afirma que a companhia aérea não poderia vender os slots porque não são ativos dela, mas sim concessões.

Para a empresa, o certame que foi realizado no dia 10 e só teve lances de Gol e Latam apresenta conflito de interesses porque envolveu pagamentos antecipados das empresas aéreas ao Elliott.

O pregão tem sua legalidade questionada também porque a Anac (Agência Nacional de Aviação Civil) conseguiu, na Justiça, autorização para redistribuir os slots da companhia, que está com a concessão suspensa desde 21 de junho.

O órgão já iniciou a redistribuição dos horários da Avianca nos aeroportos de Guarulhos, Santos Dumont e Recife.

Os de Congonhas serão redistribuídos pela Anac nesta terça-feira (30), com uma regra que privilegia a entrada de novas companhias para mitigar a concentração de mercado nas mãos de Gol e Latam.

A Anac atende a pedidos do Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) e do Ministério Público Federal, que já haviam recomendado a mudança do percentual de slots da Avianca a serem distribuídos para as empresas aéreas remanescentes a fim de evitar um oligopólio no setor.

Pela regra antiga, metade dos slots deveria ser distribuída entre as competidoras já existentes. A outra metade iria para novas empresas.

No dia 25, porém, a agência decidiu que todos os horários da Avianca serão distribuídos primeiramente entre as

aéreas ingressantes. São consideradas novas as empresas que operam até 54 voos por dia no aeroporto. Latam e Gol tem 236 e 234, respectivamente.

As duas maiores empresas do setor só terão vez se houver sobra na distribuição.

A regra nova beneficia, por exemplo, a Azul, que tem hoje 26 voos no aeroporto.

A empresa chegou a fazer ofertas pelos ativos da Avianca e questionou publicamente um suposto acerto entre Latam e Gol para impedi-la de fazer o negócio. As concorrentes têm negado e reiteraram que a Azul poderia fazer lances no leilão.

Além de Latam, Gol e Azul, podem pedir slots da Avianca em Congonhas outras nove empresas que hoje operam transporte aéreo regular ou não regular no país.

Entre elas, estão a Passaredo, a Sideral, a Two Táxi Aéreo, a ABSA, a Rio Linhas Aéreas, a Sete e a Total.

30 JUL 2019

BEMPARANÁ

Bloqueio de bens por gastos suspeitos atinge 5 deputados

Decisão mais recente da Justiça envolve Plauto Miró no valor de R\$ 164 mil

Da Redação

O juiz Guilherme de Paula Rezende, da 4ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba, determinou o bloqueio de R\$ 164 mil em bens do deputado estadual Plauto Miró (DEM) por supostas irregularidades em gastos com alimentação pagos com a chamada verba de ressarcimento da Assembleia Legislativa. Com a decisão, já são cinco parlamentares que tiveram seus bens parcialmente bloqueados a partir de ações da Organização Não Governamental (ONG) Vigilantes da Gestão Pública pelo mesmo motivo: além de Plauto, Anibelli Neto (MDB), Francisco Buhrer (PSD), Ricardo Arruda (PSL) é o hoje deputado federal Felipe Francischini (PSL).

Ao todo a ONG acionou judicialmente nove deputados sob a acusação de uso irregular de verba mensal de R\$ 31,7 mil a que cada um deles têm direito para despesas com alimentação, transporte, e outros gastos da atividade parlamentar. Além de Plauto, a lista de políticos denunciados que exerceram cargo de deputado estadual, entre 2015 e 2018, inclui Ricardo Arruda; Francis-



Valquir Aureliano

Plauto (DEM): gastos em restaurantes e sorveteria

co Buhrer; Anibelli Neto; Wilmar Reichembach (PSC); Paulo Litro (PSDB); Professor Lemos (PT); o líder do governo na Assembleia, Hussein Bakri (PSD) e Felipe Francischini.

Plauto é acusado de usar a verba para pagar despesas com alimentação em restaurantes da Capital, apesar da resolução da Assembleia na época prever que somente gastos feitos em viagens podem ser reembolsados. A decisão envolve gastos realizados entre 2014 e 2019.

Locais de lazer - Na denúncia, a ONG aponta que o deputado teria usado a verba "em bares e locais de recreação e lazer". Entre os gastos estão despesas em churrascarias, padarias, casas de massas, restaurantes de comida oriental,

hamburguerias e sorveteria, o que na visão da entidade, configuraria uso indevido da verba. Através de sua assessoria, o deputado Plauto Guimarães afirmou que não foi notificado e só se pronunciará no processo quando for notificado.

No último dia 19, o juiz Jailton Juan Carlos Tontini, da 3ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba decretou a indisponibilidade de bens de Anibelli Neto até o valor de R\$ 175.790,00, também sob a acusação de gastos irregulares com a verba de ressarcimento da Assembleia.

Segundo a denúncia, entre 2014 e 2019, Anibelli Neto teve despesas reembolsadas no total de R\$ 233.162,58 sob a justificativa de ressarcimento de despesas de alimentação. Desse

total, de acordo com a ONG, R\$ 175.790,00 são referentes a reembolsos de gastos com alimentação em Curitiba.

Anibelli Neto afirmou "que suas prestações de contas, disponíveis no Portal da Transparência da Assembleia Legislativa, foram sempre aprovadas pela Comissão de Tomada de Contas e pelo plenário da Casa", e "que segue rigorosamente as normas estabelecidas pela comissão executiva".

Novas regras - Em abril, a juíza Bruna Greggio, da 2ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba, determinou o bloqueio de mais de R\$103 mil do hoje deputado federal e presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Federal, Felipe Francischini, igualmente suspeita de irregularidades com gastos de alimentação quando era deputado estadual.

A Justiça também determinou o bloqueio de bens de R\$ 82 mil do deputado Francisco Bührer, R\$ 40 mil de Ricardo Arruda. Após as ações, a direção da Assembleia alterou a norma que disciplina esse tipo de gastos, permitindo que verba de ressarcimento seja utilizada pelos deputados em qualquer cidade, mas desde que esteja em atividade parlamentar.

30 JUL 2019

BEMPARANÁ

Presidente da OAB vai ao Supremo contra Bolsonaro

Dirigente reage após chefe do Executivo dizer saber como seu pai desapareceu

O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Felipe Santa Cruz, decidiu interpelar o presidente Jair Bolsonaro (PSL) no Supremo Tribunal Federal (STF), que o provocou ontem afirmando saber como seu pai, Fernando Santa Cruz, desapareceu durante a ditadura militar. Segundo o jornal O Globo, Santa Cruz constituiu o advogado Cesar Brito para entrar com uma ação no STF "para que o presidente diga o que sabe" sobre a morte de seu pai, em março de 1974.

Bolsonaro questionou a atuação da OAB nas investigações sobre Adélio Bispo, responsável pela facada contra o presidente no ano passado, durante a campanha eleitoral. Adélio foi considerado inimputável pela Justiça por transtorno mental. O presidente não recorreu.

"Por que a OAB impediu que a Polícia Federal entrasse no telefone de um dos caríssimos advogados (de Adélio)? Qual a intenção da OAB? Quem é essa OAB?", disse Bolsonaro. "Um dia, se o presidente



Fernando Frazão/Agência Brasil

Bolsonaro: guerrilheiros teriam morto Santa Cruz

da OAB quiser saber como é que o pai dele desapareceu no período militar, eu conto pra ele. Ele não vai querer ouvir a verdade", disse Bolsonaro. "Não é minha versão. É que a minha vivência me fez chegar nas conclusões naquele momento. O pai dele integrou a Ação Popular, o grupo mais sangüinário e violento da guerrilha lá de Pernambuco e veio desaparecer no Rio de Janeiro", alegou o presidente.

Crueldade - Felipe é filho de Fernando Santa Cruz, integrante do grupo Ação Popular (AP), organização contrária ao regime militar (1964-1985). Ele foi preso pelo governo em 1974 e nunca mais foi visto.

Em 2012, no livro "Memórias de uma guerra suja", o ex-delegado do Dops, Cláudio Guerra diz que o corpo de Fernando foi incinerado no forno de uma usina de açúcar em Campos (RJ).

Santa Cruz, afirmou, por meio de nota que as declarações do presidente Jair Bolsonaro demonstram "crueldade e falta de empatia". "Lamentavelmente, temos um presidente que trata a perda de um pai como se fosse assunto corriqueiro - e debocha do assassinato de um jovem aos 26 anos", disse o presidente da OAB.

Fogo amigo - Após a repercussão das declarações, Bolsonaro voltou à carga,

"Um dia, se o presidente da OAB quiser saber como é que o pai dele desapareceu no período militar, eu conto pra ele. Ele não vai querer ouvir a verdade"

do presidente Jair Bolsonaro (PSL)

afirmando em uma transmissão ao vivo nas redes sociais, que Fernando Santa Cruz teria sido morto por guerrilheiros e não pelos militares. "Ele falava com muita gente da fronteira, conversava, e o pessoal da AP no Rio de Janeiro ficou estupefato, né. 'Como que pode esse cara vindo de Recife se encontrar conosco aqui'? O contato seria com a cúpula da Ação Popular de Recife e eles resolveram sumir com o pai do Santa Cruz. Essa foi a informação que eu tinha na época desse episódio. Foi isso que aconteceu, não foram os militares que mataram ele não, está bem?", ale-

30 JUL 2019

JORNAL DO ÔNIBUS

Justiça bloqueia bens de deputado Plauto

O juiz Guilherme de Paula Rezende, da 4ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba, determinou o bloqueio de R\$ 164 mil em bens do deputado estadual Plauto Miró (DEM) por supostas irregularidades em gastos com alimentação pagos com a chamada verba de ressarcimento da Assembleia Legislativa. O parlamentar é acusado de usar a verba para pagar despesas com alimentação em restaurantes da Capital, apesar da resolução da Assembleia prever que somente gastos feitos em viagens podem ser reembolsados.

A decisão envolve gastos realizados entre 2014 e 2019. A ação partiu de denúncia da Organização Não Governamental Vigilantes da Gestão Pública. Segundo a ONG, o deputado teria usado a verba "em bares e locais de recreação e lazer". Entre os gastos estão despesas em restaurantes, lanchonetes, padarias e supermercados, o que na visão da entidade, configuraria uso indevido da verba. ●

Pai de presidente da OAB foi morto por guerrilheiros, diz Bolsonaro

O presidente Jair Bolsonaro afirmou ontem que o advogado Fernando Santa Cruz, que era militante de esquerda durante a ditadura militar (1964-1985), foi morto por integrantes da Ação Popular (AP), um grupo de luta armada contra o regime, e não pelas Forças Armadas. Santa Cruz é pai do presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Felipe Santa Cruz.

“O pai do Santa Cruz integrava a Ação Popular do Recife, era o grupo terrorista mais sanguinário que

tinha. E esse pessoal tinha algumas ramificações pelo Brasil, tinha uma grande no Rio de Janeiro. O pai dele, bastante jovem ainda, veio para o Rio de Janeiro, e eles resolveram sumir com o pai do Santa Cruz. Essa é a informação que eu tive na época sobre esse episódio, não foram militares que mataram ele não. É muito fácil culpar os militares por tudo o que acontece”, disse o presidente durante uma live em sua página no Facebook, na qual ele apareceu cortando o cabelo. 📌

Santa Cruz vai ao STF para exigir explicações do presidente

A declaração de Jair Bolsonaro, que disse saber como o desaparecido Fernando Santa Cruz (foto) foi assassinado, fará com que o atual ocupante da presidência da República tenha que se explicar sobre a afirmação de que “sabe” o que aconteceu com ele. O presidente



da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e filho de Fernando, Felipe Santa Cruz, afirmou que irá ingressar com uma ação junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) para que Jair Bolsonaro preste explicações sobre o paradeiro de seu pai.

“Vou ao STF interpelar para que ele esclareça”, des-

tacou Santa Cruz. O advogado da ação será o ex-presidente da OAB Cezar Britto. Ainda ontem, Felipe disse que Jair Bolsonaro “demonstrou mais uma vez traços de caráter graves em um governante: a crueldade e a falta de empatia”, ao fazer declarações sobre como supostamente o pai dele, Fernando Santa Cruz, teria sido morto durante a ditadura militar. 📌

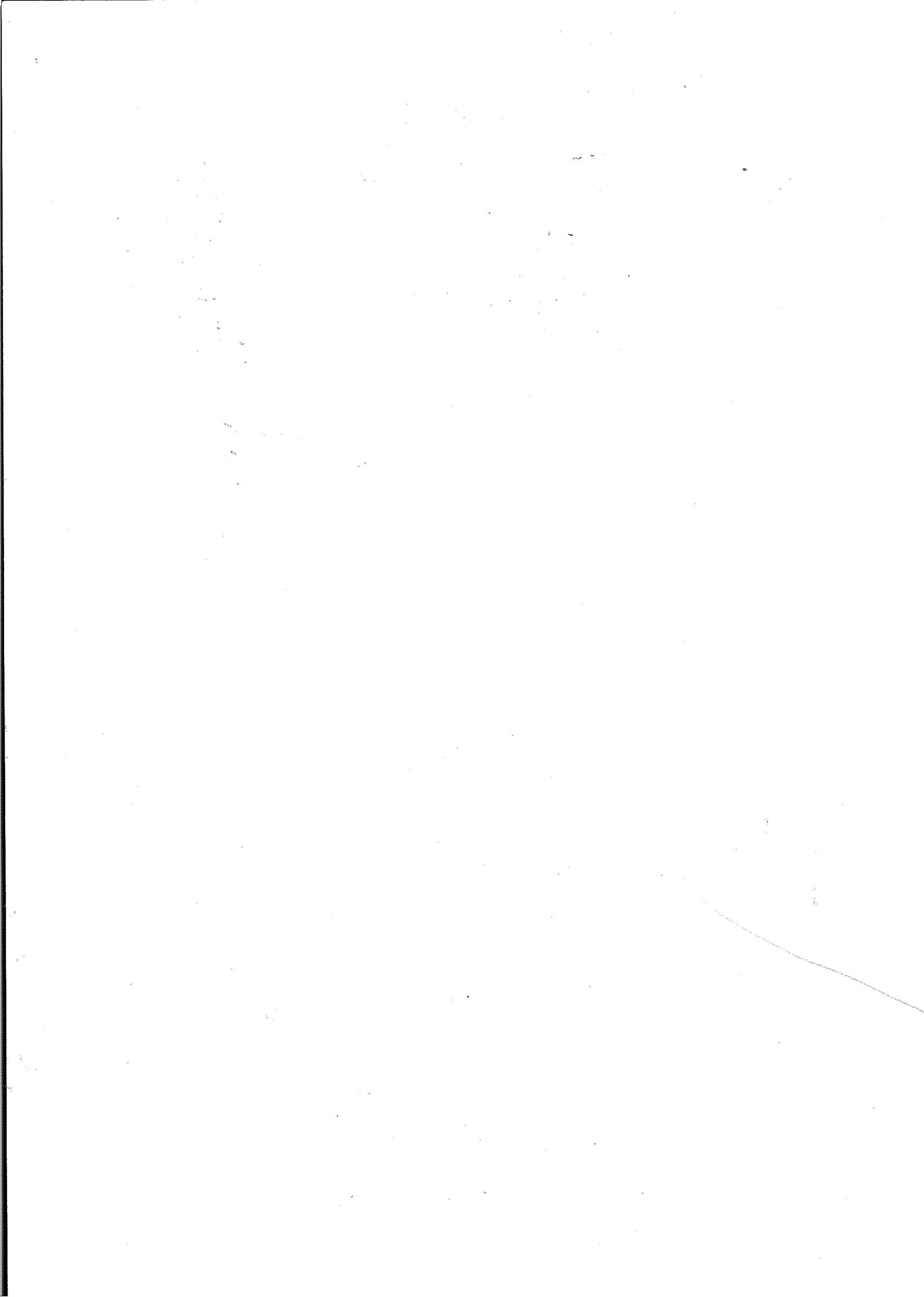
Justiça abre vagas para envolvidos em massacre

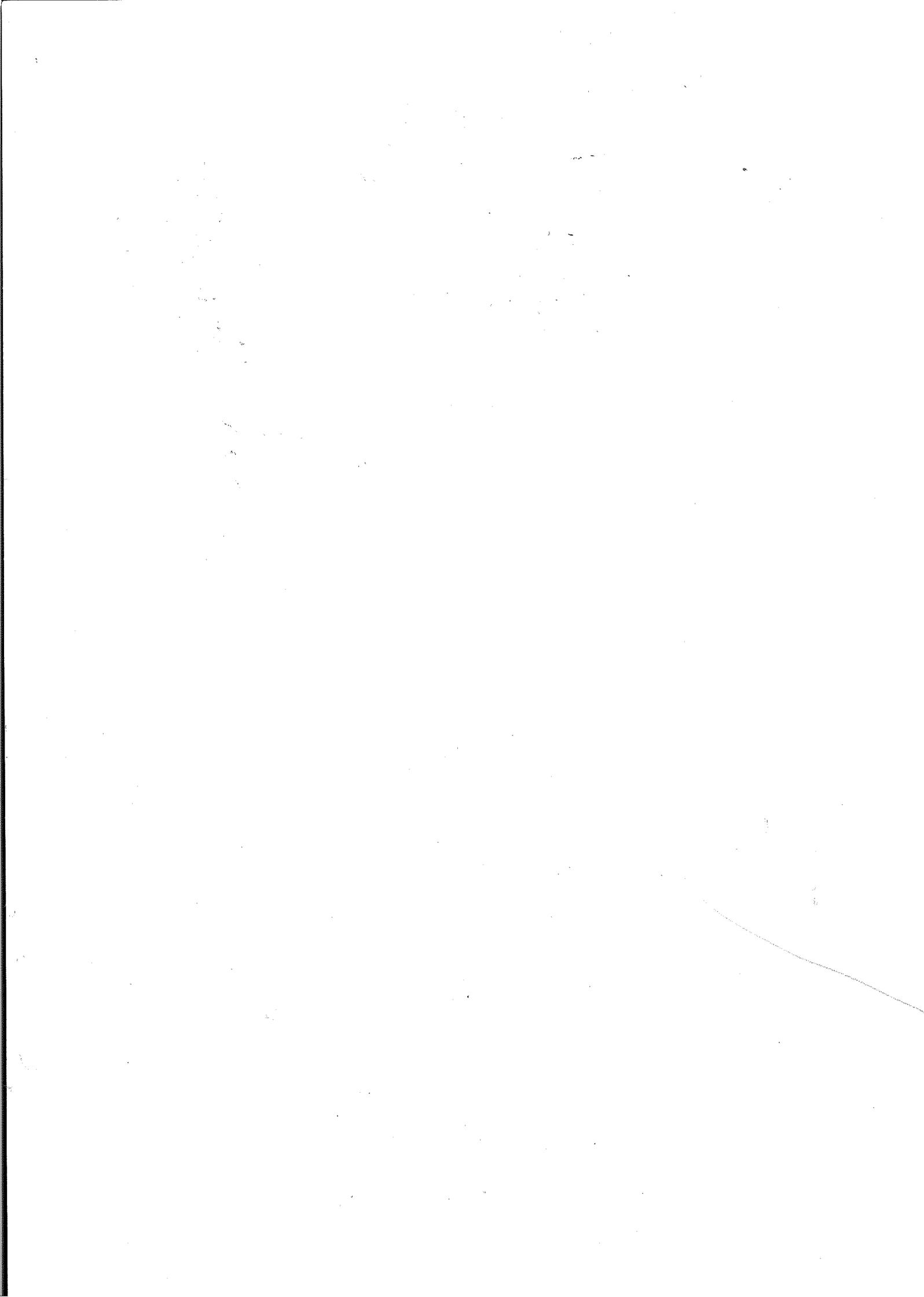
O Ministério da Justiça e Segurança Pública abriu vagas em presídios federais para receber e isolar os chefes das facções envolvidas em uma rebelião no Centro de Recuperação Regional de Altamira, onde 52 pessoas

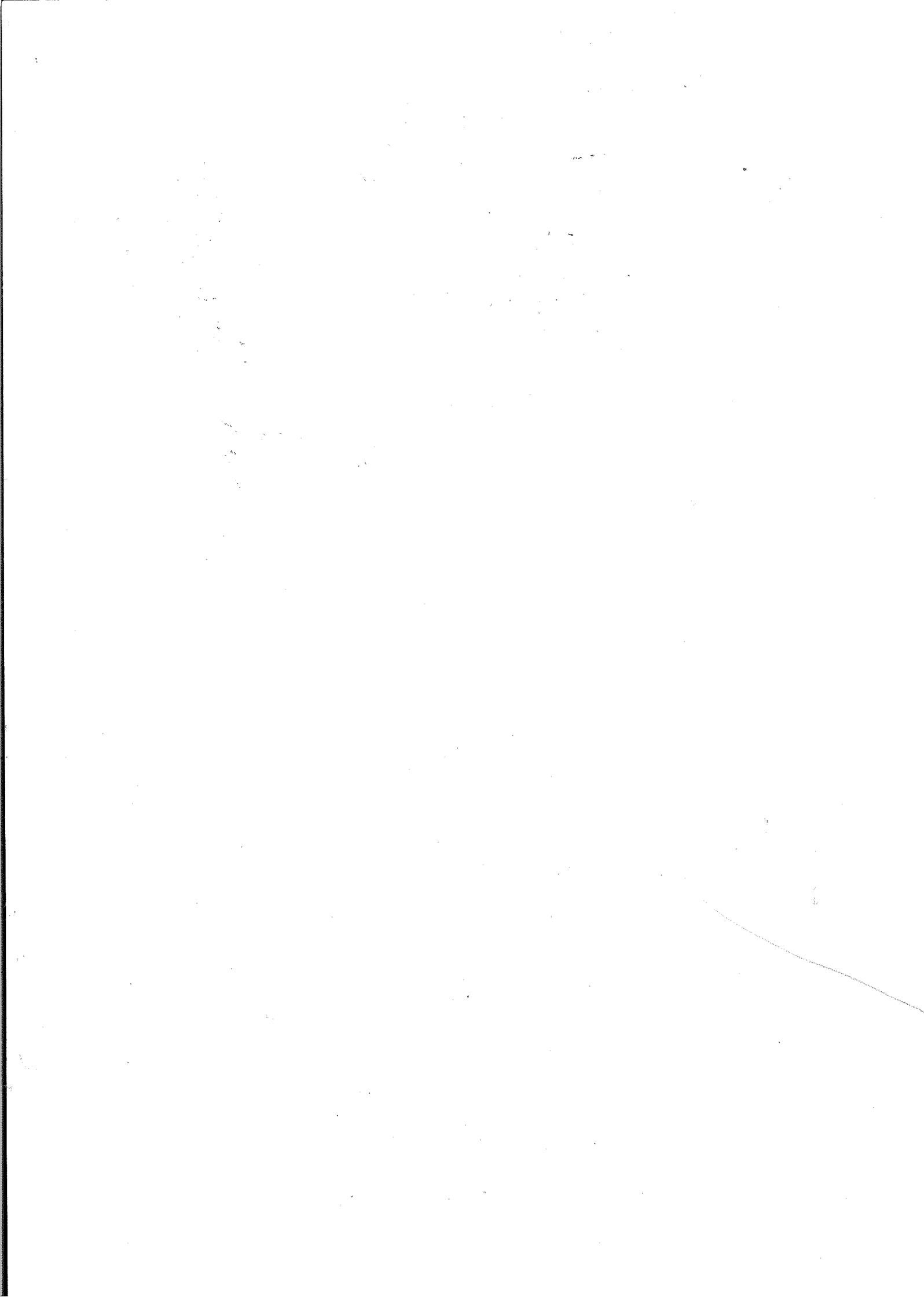
morreram ontem. Segundo o governo do Pará, dez presos serão transferidos.

“O ministro Sérgio Moro lamentou as mortes e determinou a intensificação das ações de inteligência e que a Força Nacional fique de prontos-

do”, diz trecho da nota. O ministro conversou com o governador do Pará, Helder Barbalho, a respeito. O presídio onde ocorreu a rebelião está superlotado e em condições péssimas, segundo o Conselho Nacional de Justiça. 📌







METRO

30 JUL 2019

Bolsonaro critica OAB e ataca presidente

O presidente Jair Bolsonaro (PSL) criticou ontem a atuação da OAB (Ordem dos Advogados) nas investigações sobre Adélio Bispo – que lhe deu uma facada no ano passado – e aproveitou para atacar o presidente da entidade, Felipe Santa Cruz.

Bolsonaro sugeriu que a OAB impediu que se quebrasse o sigilo telefônico de um dos advogados de Adélio e afirmou que pode contar a Santa Cruz o que aconteceu com o pai dele, Fernando Santa Cruz, que desapareceu em 1974, aos 26 anos, após ser preso pela ditadura militar. “Um dia, se o presidente da OAB quiser saber como é que o pai dele desapareceu no período militar, eu conto para ele. Ele não vai querer ouvir a verdade.”

O presidente da OAB afirmou que Bolsonaro “deixa patente seu desconhecimento sobre a diferença entre público e privado, demonstrando traços de caráter graves em um governante: a crueldade e a falta de empatia”.

Santa Cruz disse que entrará com pedido no STF (Supremo Tribunal Federal) para que o presidente dê explicações sobre o que sabe do desaparecimento. A Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos também cobrará explicações e a Anistia Internacional repudiou o comentário.

Horas depois, em live nas redes sociais enquanto cortava o cabelo, Bolsonaro disse que não queria “mexer com o sentimento” de Santa Cruz e afirmou que o pai dele não desapareceu pelas mãos dos militares, mas teria sido morto por seus companheiros de militância. O governo já reconheceu que a morte foi provocada pelo estado. METRO